

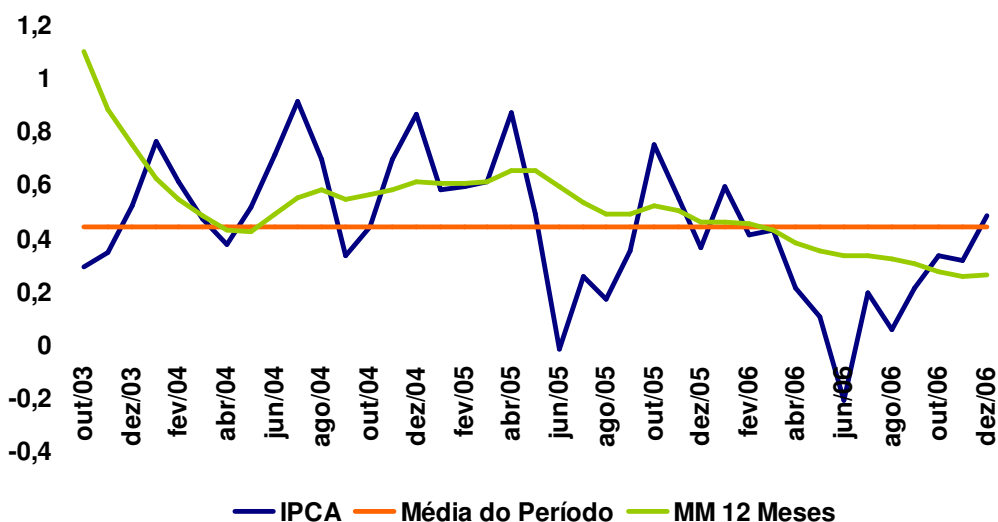


CEPEFIN – CENTRO DE PESQUISA EM FINANÇAS

BOLETIM MENSAL – DEZEMBRO/2006

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), ficou em 0,48% em dezembro, acima da taxa de 0,31% em novembro. O resultado apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro foi o maior do semestre e o segundo maior do ano, ficando atrás apenas dos 0,59 p.p. do mês de janeiro. Em comparação ao mesmo mês do ano passado, houve um acréscimo de 0,12% no índice. A inflação acumulada no ano de foi 3,10%, resultado inferior a 5,55% acumulado no ano passado.

IPCA Mensal



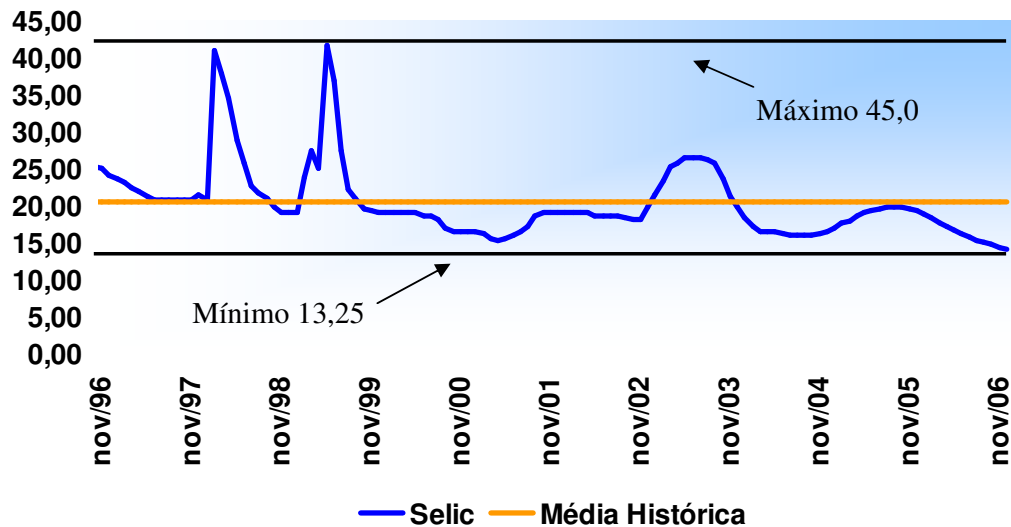
De acordo com o IBGE, a variação nos preços do transporte (1,14%) foi o principal responsável pela alta no mês de dezembro.

Embora de uma forma menos intensa, vestuário, condomínio e alimentos, também mostraram alta de um mês para o outro, contribuindo para a elevação no índice.

É importante observar que a inflação ficou dentro da meta de 4,55% ao ano estipulada pelo governo.

A taxa média mensal dos títulos públicos pós-fixados de um dia negociados no Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) ficou em 13,67% no mês de novembro.

Evolução Selic



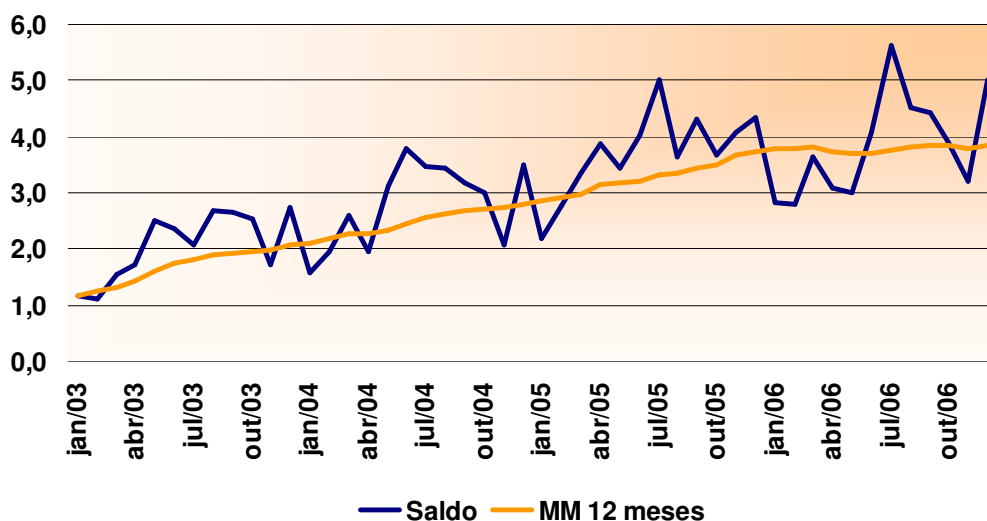
Na última reunião, que aconteceu dia 29 de novembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve o ritmo de queda de 0,5% (desde o corte de abril de 2006), fazendo com que a nova meta chegasse a 13,25% a.a.

Mesmo com a queda de 0,5 p.p. na meta estipulada pelo Copom, a taxa de juros real do Brasil ficou acima dos 10% no ano de 2006, visto que a inflação acumulada no ano foi de 3,10%, fazendo com que continuemos a sustentar o primeiro lugar no ranking de maior taxa de juros reais do mundo. Algo que inibe o desenvolvimento de projetos privados, inviabiliza investimentos e prejudica o desenvolvimento econômico do país.

Como a taxa de juros determina a liquidez dos títulos públicos, o governo não vem tomando medidas bruscas para abaixá-la para não desestimular os investidores, principalmente os fundos de investimento, principais financiadores da dívida pública.

Confirmando a tendência dos últimos meses, o superávit comercial atingiu R\$ 3,19 bilhões em novembro, resultando em um saldo de R\$ 41,06 bilhões acumulados no ano, superior aos R\$ 40,37 bilhões do mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses o superávit chegou a R\$ 45,39 bilhões.

Saldo da Balança Comercial (bilhões R\$)



As exportações foram de R\$ 12,75 bilhões em novembro, 9% acima do mês anterior, acumulando R\$ 128,84 bilhões no ano. Segundo o IBGE, as três categorias tiveram um crescimento acumulado equilibrado, no qual os semimanufaturados apresentaram um crescimento de 22%, seguido pelos básicos (17%) e pelos manufaturados (15%). Entre os manufaturados, os principais responsáveis foram o álcool etílico, óleo combustível e açúcar refinado.

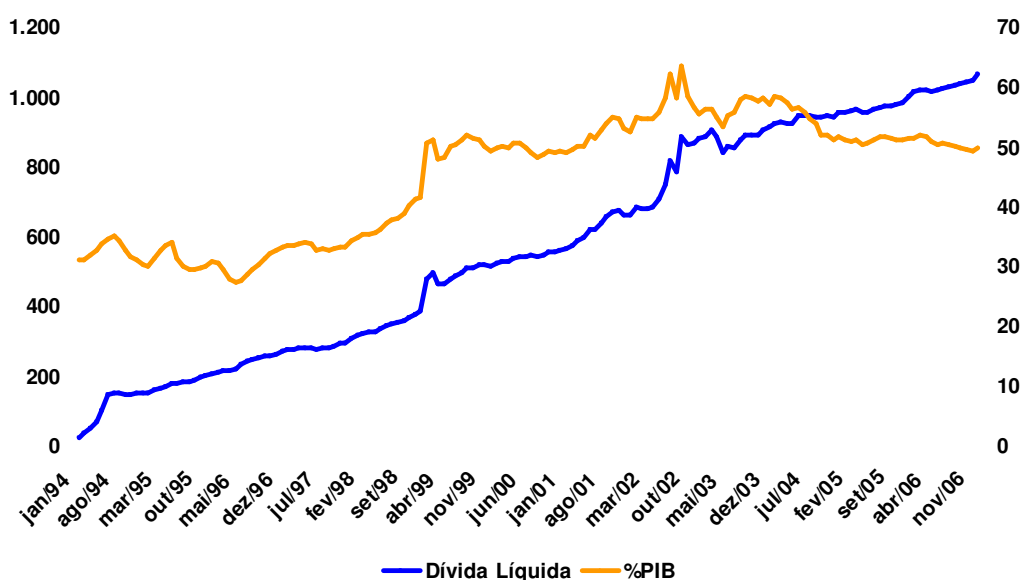
No acumulado do ano as exportações que mais cresceram foram para o Mercosul, seguido pelo Oriente Médio, China e África, respectivamente.

As importações atingiram R\$ 8,67 bilhões em novembro, acumulando um saldo de R\$ 79,05 bilhões no ano, superior aos R\$ 65,07 bilhões do mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses o acumulado foi de R\$ 85,21 bilhões. Os bens de consumo duráveis foram os maiores responsáveis pelo crescimento das importações no mês de novembro, principalmente em razão dos automóveis.

O forte aumento nas importações teve como precursor a valorização cambial ocorrida no último ano.

Desde o final de 2003 a dívida líquida do setor público apresenta reduções sucessivas como proporção do PIB. A maior redução aconteceu em 2004, que apresentou uma queda de 6,9 p.p. na relação dívida/PIB. Ao contrario, em 2005 a redução foi extremamente pequena (apenas 0,2 p.p.), mas voltou a se recuperar em 2006, com uma queda de 1,5 p.p., fazendo com que esta relação chegasse a 49,3% em novembro, o que representa quase dois anos de arrecadação em todos os níveis da administração pública.

Dívida Líquida Setor Público (bilhões R\$) - Dez/06





Também desde 2003 a dívida líquida do setor público vem crescendo cerca de 5% ao ano, chegando a R\$ 1.047 bilhões em novembro de 2006. Grande parte da dívida líquida do setor público corresponde à dívida mobiliária, ou seja, a títulos emitidos pelas várias esferas do governo, um dos principais responsáveis por esse crescimento. São, principalmente, títulos emitidos para cobertura de déficits orçamentários, por meio de oferta pública.

Na medida em que parte da dívida interna é indexada a taxa de câmbio, a valorização e desvalorização cambial têm efeito relevante sobre a evolução temporal da dívida interna líquida do setor público. Como podemos observar, os dois principais picos no gráfico da dívida líquida referem-se a desvalorização cambial ocorrida em 1998 e 2002. Nos últimos anos, a valorização da moeda brasileira vem contribuindo para um crescimento menos acentuado da dívida pública nacional.

Rodrigo Diego de Mattos Costa – Pesquisador do CEPEFIN